

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR MPF/PRPE n.º 06/2025

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de fornecimento de bandeiras internas, externas, nacionais e internacionais (Brasil, Estados da Federação e Distrito Federal, Países, Organizações Nacionais e Internacionais), mastros e acessórios a fim de cumprirem os quesitos protocolares e cerimonialísticos nos eventos institucionais de naturezas nacional e internacional e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 – A Procuradoria-Geral da República (PGR) e demais unidades do Ministério Público Federal (MPF) têm a responsabilidade de zelar pela correta representação simbólica do país e das relações internacionais em seus ambientes institucionais.

1.2 – A contratação tem como objetivo a aquisição de bandeiras nacionais (Brasil, Estados da Federação e Distrito Federal) e internacionais (Países, Organizações Nacionais e Internacionais) destinadas ao uso interno e externo, considerando serem elementos visuais de grande importância, utilizadas em cerimônias oficiais, eventos e nos ambientes de trabalho, reforçando o respeito às nações e aos símbolos oficiais, além de consolidar as demandas das unidades do Ministério Público Federal (MPF).

1.3 – Cabe registrar que a contratação centralizada, conforme definição na Portaria PGR/MPU nº 158/2024, busca otimizar o processo de aquisição, promovendo maior eficiência administrativa, padronização dos materiais utilizados e racionalização dos gastos públicos.

1.4 – Além disso, a presente contratação encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do MPF (PEI/MPF) para o decênio 2022-2027, instituído por meio da Portaria PGR/MPF nº 3, de 11 de fevereiro de 2022, na medida em que atende ao seguinte Objetivo Estratégico:

- **Objetivo Estratégico 04 (OE04):** Fomentar a atuação cooperativa com demais órgãos, instituições e com a sociedade civil.

II – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 – A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2024 (PCA-2024), etiqueta n.º PGR-0164/24 no Sistema de Gestão Administrativa (SGA).

A aquisição foi contemplada no PCA do exercício de 2024, por meio de autorização da Secretaria-Geral do MPF. De acordo com o documento PGR-D0247/23 (sistema de gestão administrativa), que permitiu ajustes da programação de aquisições, foi incluída a aquisição dos itens mencionados no PCA de 2024.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1- Requisitos Funcionais

3.1.1 – A contratação visa garantir o fornecimento regular de bandeiras de alta qualidade, respeitando as normas oficiais de confecção e proporção, de modo a substituir aquelas que apresentam desgaste pelo tempo de uso ou intempéries.

3.1.2 – O fornecimento desses itens é essencial para manter a integridade visual e simbólica dos espaços institucionais, assegurando que as bandeiras utilizadas na Procuradoria-Geral da República e nas diversas unidades do MPF estejam sempre em conformidade com os padrões estabelecidos

pelos órgãos competentes, além do cumprimento das normas protocolares e para a identificação institucional em conformidade com as legislações nacionais e internacionais. A manutenção das bandeiras em boas condições é fundamental para assegurar a correta representação e simbolismo que elas carregam, tanto em eventos solenes quanto no cotidiano das atividades institucionais.

3.1.3 – Para garantir a utilização das cores precisas de cada bandeira, será adotado o *Pantone Matching System*, dos Estados Brasileiros, Organismos e outros órgãos ou entidades.

3.1.4 – As mercadorias devem estar embaladas, de forma a não serem danificadas durante as operações de transporte, carga e descarga.

3.1.5 – O acondicionamento e transporte deve ser feito adequadamente à mercadoria, que deve estar devidamente protegida do pó e das variações de temperatura. As embalagens primárias individuais do produto devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

3.1.6 – Todas as despesas relativas ao transporte e entrega dos materiais adquiridos serão às expensas, exclusivamente, da contratada.

3.2 - Requisitos Legais

A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021, Decreto nº 11.462/2023 e Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

A contratada deve atentar para os seguintes normativos:

- **Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG:** dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Lei nº 12.305/2010:** institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Decreto nº 10.936/2022:** regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Lei nº 13.709/2018:** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- **LEI No 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971:** Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências.

3.3 - Requisitos da natureza continuada do serviço/fornecimento

3.3.1 – A contratação de fornecimento dos materiais, objeto do presente estudo, é enquadrada como fornecimento de **caráter continuado**, nos termos do Art. 6º, XV, da Lei 14.133/2021, uma vez que são materiais necessários ao cerimonial da PGR e demais unidades do MPF, no desempenho de suas atribuições, e que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de suas atividades na representação das Instituições em seus encontros protocolares com autoridades estrangeiras e nacionais. Essas atividades fazem com que o cerimonial precise encomendar bandeiras dos estados nacionais, países e/ou organismos internacionais sempre que ocorrem eventos oficiais, ocasionando uma demanda variável disponível a todo tempo.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

*XV - serviços e **fornecimentos contínuos**: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;*

3.3.2 – A contratação em caráter contínuo permite uma gestão mais eficiente, já que assegura a disponibilidade imediata do material, além de permitir a reposição conforme a necessidade específica, atendendo ao princípio da economicidade, na medida em que não haverá custo de uma nova licitação.

3.3.3 – Dessa forma, com base nos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contrato com prazo de vigência de 12 (doze) meses e prorrogável por até 10 anos.

3.4 - Requisitos Temporais

3.4.1 – O prazo de entrega não poderá ser superior a **30 (trinta) dias**, contados a partir de notificação específica à empresa (requisição), emitida pela CONTRATANTE.

3.4.1.1 – Em até **48 (quarenta e oito) horas** nos casos excepcionais, contados do horário de recebimento da Ordem de Fornecimento.

3.5 - Requisitos de Segurança

3.5.1 - Comunicar à Unidade Ministerial a previsão de entrega do produto, mediante informação dos dados da empresa e seu responsável, e comunicação do rastreamento da mercadoria, sempre que possível.

3.5.2 - Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a CONTRATADA e a CONTRATANTE devem zelar pela proteção dos Dados Pessoais, comprometendo-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; observando o dever de sigilo, quanto às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio; cumprindo obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

3.6 - Requisitos Técnicos

3.6.1 - Constarão nas especificações técnicas do termo de referência.

3.7 - Requisitos de Garantia Contratual

A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no edital, pode ser exigida prestação de garantia nas contratações públicas, conforme o art. 96, §1º, da Lei n.º 14.133/21. Destarte, percebe-se que a garantia foi prevista, mantendo o sistema anterior (Lei n.º 8.666/93), como facultativa, sendo exigida em função da discricionariedade da Administração Pública.

Esta PRPE entende ser razoável impor essa obrigação da apresentação da garantia contratual à contratada somente quando a complexidade do valor da contratação importar em consideráveis riscos de prejuízos à Administração em razão do inadimplemento, o que não é o caso na presente contratação.

Cabe registrar que os pagamentos à contratada somente ocorrerão após o efetivo fornecimento, desde que a contento, atestado pela área fiscalizadora, revelando total segurança, mitigando qualquer possível futuro prejuízo aos órgão participantes.

Considerando o exposto acima, não será necessário exigir da contratada, na presente contratação, a garantia contratual que a PRPE comumente aplica no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

3.8 - Requisitos de qualificação técnica

Considerando se tratar de uma contratação de baixa complexidade, não serão exigidos documentos de qualificação técnica para fins de habilitação.

3.9 - Requisitos de qualificação econômica

Considerando se tratar de uma contratação de baixa complexidade, além dos pagamentos à contratada somente ocorrerão após o efetivo fornecimento, desde que a contento, atestado pela área fiscalizadora, revelando total segurança, mitigando qualquer possível futuro prejuízo aos órgão participantes, não há necessidade de exigir documentos de qualificação econômica para fins de habilitação.

3.10 - Requisitos Sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental, no que couber

3.10.1 - PERSPECTIVA AMBIENTAL

3.10.1.1 - A CONTRATADA deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de

19/01/2010, a fim de adotar as seguintes práticas sustentáveis no fornecimento dos bens e serviços, quando couber:

3.10.1.1.1 - Que os materiais sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

3.10.1.1.2 - Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

3.10.1.1.2 - Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

3.10.1.2 - Devem também ser atendidos, pela CONTRATADA, os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.2.1 -A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos sólidos estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, bem como o Art. 45 da Lei nº 14.133/2021.

3.10.2 - PERSPECTIVA SOCIAL

3.10.2.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis do MPF. A licitante deverá declarar:

a) Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 39 e 39 da Lei 12.288/2010;

b) Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;

c) Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), e no Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nos 29 e 105.

3.11 - Outros requisitos aplicáveis

3.11.1 - A empresa deve ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços.

3.11.2 – O objeto desta contratação **não possibilita a participação de pessoas físicas**, de acordo com o art. 4º, parágrafo único, da IN SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, uma vez que o fornecimento visa garantir a conformidade com as normas e padrões nacionais e internacionais para confecção dos símbolos das bandeiras de cada Ente da Federação, País e Organizações Nacionais e Internacionais. Além disto, trata-se de uma contratação de âmbito nacional, para atendimento a diversas unidades do MPF localizadas em diferentes unidades da federação, para fornecimento contínuo, com previsão de entrega em prazo excepcional de até 48 h (quarenta e oito horas), sendo necessário que o contratado possua uma estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais para a execução do objeto, a fim de assegurar a transparência e a eficiência nos processos licitatórios e contratuais.

3.11.3 – Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas na realização deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

3.11.4 – O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar **DEVERÁ** enviar amostra. A amostra permite que a Administração verifique a compatibilidade entre o que é ofertado pelo

licitante e o que é exigido como condições mínimas previstas neste termo de referência, minimizando riscos.

IV – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

A estimativa da quantidade de bandeiras e acessórios foi elaborada com base nas informações fornecidas pelas unidades ministeriais do Ministério Público Federal (MPF), participantes do presente processo de contratação, que estimaram suas necessidades de acordo com seu histórico de consumo e estoque atual, considerando a responsabilidade de zelar pela correta representação simbólica do país e das relações internacionais em seus ambientes institucionais.

As justificativas encontram-se pormenorizadas nos documentos listados abaixo:

- E-MAIL ASSAPCON/SA (PGR-00362275/2024) e E-MAIL ASSCER/PGR (PR-PE-00011203/2025);
- OFÍCIO 1308/2024 CA/PRPE (PR-PE-00068383/2024) e E-MAIL SELOG/PRPE (PR-PE-00010943/2025);
- OFÍCIO 7762/2024 SE/PRPR (PR-PR-00162670/2024);
- OFÍCIO 6526/2024 SE/PRPA (PR-PA-00061987/2024);
- OFÍCIO 1115/2024 SECREG/PRR4^a (PRR4^a-00023724/2024);
- OFÍCIO 10/2024 CA/PRMA (PR-MA-00032779/2024);
- MEMORANDO 668/2024 COORADM/PRR2^a (PRR2^a-00026669/2024);
- OFÍCIO 71/2024 SECREG/PRR1^a (PRR1^a-00033985/2024);
- OFÍCIO 238/2024 SE/PRSE (PR-SE-00045789/2024);
- OFÍCIO 52/2024 SE/PRMS (PR-MS-00028227/2024);
- DESPACHO 7872/2024 SE/PRES (PR-ES-00048217/2024);
- OFÍCIO 7017/2024 SE/PRDF (PR-DF-00084389/2024);
- OFÍCIO 154/2024 SE/PRAP (PR-AP-00027159/2024);
- OFÍCIO 6907/2024 SE/PRRS (PR-RS-00093061/2024);
- OFÍCIO 72/2024 SE/PRRR (PR-RR-00024450/2024);
- OFÍCIO 2844/2024 SE/PRRO (PR-RO-00040928/2024);
- OFÍCIO 8978/2024 SECREG/PRMG (PR-MG-00095654/2024);
- OFÍCIO 4111/2024 SE/PRGO (PR-GO-00049579/2024);
- OFÍCIO 5035/2024 SE/PRSC (PR-SC-00060973/2024);
- OFÍCIO 7/2024 SE/PRAC (PR-AC-00023754/2024);
- DESPACHO 50762/2024 SMSG/PRSP (PR-SP-00144177/2024);
- OFÍCIO 2035/2024 SECREG/PRR3^a (PRR3^a-00040145/2024);
- OFÍCIO 2840/2024 SE/PRTO (PR-TO-00031007/2024);

As quantidades dos produtos detalhadas por unidade participante estão sintetizadas na tabela anexa (Planilha consolidada das quantidades).

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 - Foram pesquisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias que melhor atendam à necessidade descrita neste estudo.

5.2 - Foram levadas em consideração as seguintes alternativas para contratação pretendida:

5.2.1 – Almoxarifado virtual: A PRPE manifestou sua Intenção de Registro de Preço no Pregão Eletrônico MPF/PRPE nº 07/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação dos serviços continuados de *outsourcing* para operação de almoxarifado virtual, sob demanda, visando ao suprimento de material de consumo. Ocorre que a solução abarca apenas materiais de expediente e suprimentos de informática, não estando inclusos materiais classificados como permanentes ou personalizáveis. Assim, os materiais objetos deste Estudo Técnico (bandeiras e acessórios) não podem ser adquiridos por meio desta solução de contratação.

5.2.2 – Fornecimento com entrega imediata e total dos quantitativos: O fornecimento do quantitativo total dos materiais consiste na aquisição de todo o volume estimado em uma única entrega. Essa modalidade oferece vantagens, como a possibilidade de negociação de preços mais competitivos, dada a compra em grande escala, além da redução de custos logísticos para o fornecedor. No entanto, pode resultar em desafios relacionados ao armazenamento e ao gerenciamento de estoques pelas unidades ministeriais. Além disso, para o presente caso, a quantidade demandada é apenas uma estimativa, podendo variar de acordo com a necessidade. Assim, adquirir todo quantitativo estimado poderá levar a gastos desnecessários no exercício, por sobra de material, em caso de quantidade estimada a maior, ou ainda gastos processuais de uma nova contratação no exercício, em caso de quantidades estimadas a menor.

5.2.3 – Sistema de Registro de Preços com fornecimento de forma parcelada dos quantitativos: A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a aquisição dos materiais é uma alternativa que oferece flexibilidade na aquisição. Nesse modelo, os preços dos materiais são registrados, mas a compra efetiva ocorre conforme a necessidade das unidades, sem obrigatoriedade de aquisição total. As principais vantagens incluem: **(A)** A contratação parcelada dos materiais permite o fornecimento conforme a demanda das unidades participantes, evitando o acúmulo excessivo de materiais e facilitando o controle de estoques; **(B)** Economia de escala.

5.3 – Descrição e Justificativa da Solução escolhida:

Diante das soluções encontradas no mercado expostas no item 5.2, a solução mais viável para atender às necessidades das unidades do Ministério Público Federal participantes é a exposta no subitem **5.2.3**, contratação de empresa para fornecimento de diversas bandeiras e acessórios para as unidades Ministeriais participantes, utilizando o sistema de registro de preços com fornecimento de forma parcelada dos quantitativos, conforme especificações detalhadas que constarão no Termo de Referência. Ademais, as compras compartilhadas fazem parte das diretrizes definidas na Política de Governança do MPU, conforme art. 3º da Portaria MPU nº 38/2023, e estão de acordo com o art. 3º, inciso III, do Decreto nº 11.462/2023, bem como da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, abaixo:

"Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Unidade do MPU julgar pertinente, em especial, quando:

[...]

III - for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas contratações nacionais e nas contratações centralizadas;"

VI – ESTIMATIVA DO PREÇO

6.1 - Para formação do preço de referência foi escolhido o critério da **MÉDIA e/ou MEDIANA** obtido na pesquisa de preços, priorizada a pesquisa no painel de preços do governo federal e o banco de preço (site especializado em pesquisa de preço em licitações), conforme critérios de pesquisa de preços da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023.

6.2 - Os preços de referência foram assim obtidos:

- Pesquisas em painel de preços do governo federal ou no banco de preço (site especializado em pesquisa de preço em licitações);
- Pesquisas na internet em sites comerciais, visto que para alguns itens não foi encontrada a especificação requerida no painel de preço e nem no banco de preço ou em quantidade insuficiente para o mínimo três valores;
- Pesquisa direta com fornecedores.

6.3 - Os produtos pesquisados estão de acordo com as especificações e marca de referência dos produtos.

6.4 - O **valor estimado global** para a presente contratação é de **R\$ 700.602,02** (setecentos mil e seiscentos e dois reais e dois centavos), conforme o mapa comparativo de preços em anexo.

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 - Descrição do objeto:

Contratação de empresa para fornecimento de diversas bandeiras internas e externas, nacionais (Brasil, Estados da Federação e Distrito Federal), internacionais (Países, Organizações Nacionais e Internacionais), mastros e acessórios, utilizando o sistema de registro de preços, conforme especificações detalhadas que constarão no Termo de Referência.

7.2 - A solução engloba:

7.2.1 - Bandeiras Nacionais e Internacionais: Abrange a aquisição de bandeiras do Brasil, Estados da Federação, Distrito Federal, países estrangeiros e organizações internacionais e nacionais reconhecidas, conforme a necessidade de representatividade em atos oficiais e nos prédios das unidades.

7.2.2 - Mastros: Serão adquiridos mastros para exposição das bandeiras em ambientes internos e externos. Os materiais dos mastros deverão garantir durabilidade, resistência às condições climáticas (para uso externo), e elegância (para uso interno), de modo a atender às necessidades específicas de cada unidade.

7.2.3 - Acessórios: Incluem itens como suportes, bases, cordões, roldanas, e demais elementos que permitam a adequada fixação e manuseio das bandeiras.

7.3 - As especificações, os quantitativos e valores estimados constam na tabela abaixo, que deverá ser melhor detalhado no termo de referência.

ITEM	LOTE 01 (MASTRO DE MESA E BANDEIRA) DESCRIÇÃO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UNID	QTDE TOTAL	MÁXIMO VALOR UNITÁRIO ADMISSÍVEL
1.	MASTRO DE MESA COM BASE QUADRADA CONFECCIONADAS COM ENCAIXE NOS MASTROS	UN	292	R\$ 39,90
2.	BANDEIRA DE MESA (BRASIL, ESTADOS DA FEDERAÇÃO E DISTRITO FEDERAL, PAÍSES, ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS), MEDINDO 14 CM DE LARGURA X 20 CM DE COMPRIMENTO	UN	277	R\$ 25,00

ITEM	LOTE 02 (MASTRO, BASE E LANÇA) DESCRIÇÃO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UNID	QTDE TOTAL	MÁXIMO VALOR UNITÁRIO ADMISSÍVEL
3.	MASTROS EM ALUMÍNIO, CIRCUNFERÊNCIA DE 3CM DE DIÂMETRO E 190CM DE ALTURA, AJUSTADO AOS ORIFÍCIOS DOS ITENS 4 e 5, ACOMPANHA 02 (DUAS) PRESILHAS PARA FIXAÇÃO NOS ILHOS DA BANDEIRA.	UN	591	R\$ 166,00
4.	BASES/SUPORTES/PEDESTAIS DE MADEIRA DE LEI, COM REVESTIMENTO LAMINADO NA COR ESCURA, PADRÃO MOGNO, 2 (DOIS) QUADRADOS CONCÊNTRICOS (MEDINDO: QUADRADO INFERIOR - LARGURA 25CM X ALTURA 3,5CM; QUADRADO SUPERIOR - LARGURA 18CM X ALTURA 7CM), COM CANOPLA DE ALUMÍNIO POLIDO PARA O ENCAIXE DO MASTRO DE 3CM DE DIÂMETRO, ACABAMENTOS EM METAL PRATEADO E PÉS EMBORRACHADOS PARA EVITAR DESLIZAMENTO DA BASE.	UN	557	R\$ 250,00
5.	PONTEIRA LANÇA PARA MASTRO DE BANDEIRA, EM LATÃO CROMADO, ESFERA NA BASE, COM 30CM DE ALTURA TOTAL, INCLUINDO AS MEDIDAS DA ESFERA E DO ENCAIXE, PARA O ENCAIXE DO MASTRO DE 3CM DE DIÂMETRO, PONTAS LEVEMENTE ARREDONDADAS PARA EVITAR ACIDENTES.	UN	579	R\$ 85,00

ITEM	ITENS NÃO AGRUPADOS DESCRIÇÃO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UNID	QTDE TOTAL	MÁXIMO VALOR UNITÁRIO ADMISSÍVEL
6.	BANDEIRAS DE DOIS PANOS (BRASIL, ESTADOS DA FEDERAÇÃO E DISTRITO FEDERAL, PAÍSES, ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS), CONFECÇÃO EM TERGAL, DUPLA FACE, MEDINDO 90 DE LARGURA X 128,5 DE COMPRIMENTO, COM ILHÓS DE METAL REFORÇADOS.	UN	907	R\$ 182,90
7.	BANDEIRAS DE TRÊS PANOS (BRASIL, ESTADOS DA FEDERAÇÃO E DISTRITO FEDERAL, PAÍSES, ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS), CONFECÇÃO EM 100% POLIÉSTER, DUPLA FACE (TIPO SACO), MEDINDO 135 DE LARGURA X 193 DE COMPRIMENTO, COM ILHÓS DE METAL REFORÇADOS.	UN	840	R\$ 258,65

ITEM	ITENS NÃO AGRUPADOS DESCRIÇÃO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UNID	QTDE TOTAL	MÁXIMO VALOR UNITÁRIO ADMISSÍVEL
8.	AMARRAS PARA HASTEAR BANDEIRAS EXTERNAS (ADRIÇAS) CONFECCIONADAS EM CADARÇO DE POLIÉSTER (TRANÇADA), 6MM, NA COR BRANCA. EMBALAGEM: ROLO COM 10 METRO	UN	366	R\$ 40,87

7.4 – Local de entrega do objeto:

UNIDADE GERENCIADORA	ENDEREÇO
Procuradoria da República em Pernambuco - PRPE	Av. governador Agamenon Magalhães, n.º 1800 – Espinheiro – Recife/PE – CEP: 52021-170 Setor: Seção de Logística da PRPE – SELOG/PRPE

UNIDADES PARTICIPANTES	ENDEREÇO
Procuradoria-Geral da República - PGR	SAF/SUL Quadra 4, Conjunto C, Bloco B, Sala 118.1 - Brasília – DF, CEP: 70050-900
Procuradoria Regional da República da 3ª Região - PRR3ª	Alameda Ribeirão Preto, 45 - Bela Vista – São Paulo/SP – Cep: 01331-001
Procuradoria da República em Minas Gerais - PRMG	Avenida Brasil, 1877 - Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP: 30140-007.
Procuradoria da República no Estado do Amapá - PRAP	Avenida Ernestino Borges, 535, Centro, Macapá/AP - CEP: 69908-198.
Procuradoria da República no Estado do Maranhão - PRMA	Avenida Sen. Vitorino Freire, 52 – Bairro Areinha – São Luís/MA – CEP: 65.030-015
Procuradoria Regional da República da 1ª Região - PRR1ª	SAS Quadra 5, Bloco E, Lote 8, sala 206 - Brasília/DF, CEP: 70.070-911.
Procuradoria da República em Mato Grosso – PRMT	Avenida Miguel Sutil, 2625, esquina com rua j Marcio - Jd Primavera - Cuiabá /MT – CEP: 78030-010.
Procuradoria da República em Goiás – PRGO	Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Qd. G, Lt. 2, nº 500, Park Lozandes, Goiânia/GO - CEP: 74884-120
Procuradoria da República no Paraná – PRPR	Rua Marechal Deodoro, nº 933, Centro, Curitiba, Paraná/PR – CEP: 80060-010
Procuradoria da República em São Paulo – PRSP	Rua Frei Caneca, 1360 (Térreo), Consolação - São Paulo/SP - CEP: 01307-002
Procuradoria da República no Acre – PRAC	Alameda Ministro Miguel Ferrante, 340, Portal da Amazônia, Rio Branco/AC – CEP: 69915-632.
Procuradoria da República em Rondônia – PRRO	Rua José Camacho, 3307, Bairro: Embratel – Rondônia/RO - CEP: 76.820-886
Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul – PRMS	Avenida Afonso Pena, 4444, Vila Cidade – Campo Grande/MS – CEP: 79.020-907
Procuradoria da República no Distrito Federal – PRDF	SGAS 604, Lote 23, Via L2 Sul, Setor de Grandes Áreas Sul, Brasília/DF – CEP: 70200-640.
Procuradoria da República no Tocantis - PRTO	ACNE 01 (104 N), conjunto 02, Rua NE 03, Lote 43, Plano Diretor Norte, Palmas/TO - CEP: 77006-018.
Procuradoria Regional da	Rua Frei Matias Téves, 65, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP:

UNIDADES PARTICIPANTES	ENDEREÇO
República da 5ª Região - PRR5ª	70.050-465
Procuradoria Regional da República da 2ª Região - PRR2ª	Avenida Almirante Barroso, n. 54, sala 406, centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.031-000.
Procuradoria da República em Sergipe - PRSE	Rua José Carvalho Pinto, 280, Galeria Aracaju Boulevard, Bairro Jardins - Aracaju/SE - CEP: 49.026-150.
Procuradoria da República em Roraima - PRRR	Rua General Penha Brasil, n 1255, So Francisco - Boa Vista/RR - CEP: 69.305-130.
Procuradoria da República - Espírito Santo - PRES	Av. Jerônimo Monteiro, 625 - Centro - Vitória/ES - CEP: 29.010-003.
Procuradoria Regional da República da 4ª Região - PRR4ª	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 800 - Porto Alegre/RS - CEP: 90010-395.
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul - PRRS	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 700 - praia de belas - Poto Alegre/RS - CEP: 90010-395.
Procuradoria da República no Pará - PRPA	Rua Domingos Marreiros, nº 690, Bairro Umarizal - Belém/Pa - CEP: 66055-210.
Procuradoria da República em Santa Catarina - PRSC	Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876, Torre 3, Bairro Agrônômica - Florianópolis/SC - CEP: 88025-255

VIII – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

8.1 - Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e do Sistema de Gestão Administrativa no âmbito do Ministério Público da União, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias e procedimentos que melhor atendam às necessidades da Administração.

Em quase todos os processos pesquisados, a solução utilizada foi a contratação de empresa para fornecimento de bandeiras e acessórios mediante a formalização de Ata de Registro de Preço. Diante dessa temática, a solução a ser adotada pela unidade ministerial é aderente às encontradas, qual seja, contratação de empresa para fornecimento de diversas bandeiras e acessórios para as unidades Ministeriais participantes, utilizando o sistema de registro de preços, respaldado no artigo 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 3º, III, do Decreto nº 11.462/2023, bem como da Portaria PGR/MPU nº 158/2024:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;"

"Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Unidade do MPU julgar pertinente, em especial, quando:

I - pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas contratações nacionais e nas contratações centralizadas; ou

IV - pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."

Durante a fase de pesquisa de preços junto à Administração Pública, observou-se que a modalidade de licitação utilizada é o Pregão Eletrônico, que tem como tipo o menor preço, por se tratar de objeto comum em que as especificações e padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme o que institui o artigo 6º, XIII e XLI, da Lei nº 14.133/2021:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

[...]

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto; "

8.2 - Para análise da exclusividade ou não da licitação para microempresas e/ou empresas de pequeno porte, a administração deve fazer a leitura e análise conjugada dos artigos 46, 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, conforme segue:

- Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (LC 123/06, art. 48, I);
- Não se aplica o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte quando:
 - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
 - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

Assim, considerando o valor estimado da presente contratação, acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), bem como a reserva de cota de 25% não ser vantajosa para a Administração, uma vez que restringe a eficiência e segurança da gestão contratual, além da perda da economia de escala, a presente licitação **NÃO** será exclusiva, **NEM** será estabelecida cota para ME/EPP, **com exceção do LOTE 01 e ITEM 08**, uma vez que para estes itens a contratação não ultrapassa de R\$ 80.000,00 e portanto serão exclusivos para ME/EPP. Assim, a solução passa pela contratação de empresa, através da **modalidade "Pregão", na forma Eletrônica, sem tratamento diferenciado para ME/EPP, com exceção do LOTE 01 e ITEM 08 que serão exclusivos para ME/EPP.**

8.3 – O modo de disputa escolhido, para ser utilizado no Pregão Eletrônico, será o "aberto/fechado", devido à experiência de sucesso nas licitações realizadas pela PRPE.

IX – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação em análise tem como objetivo a aquisição de diversas bandeiras e acessórios para atender às necessidades das unidades ministeriais participantes. Em conformidade com a legislação vigente e as orientações dos órgãos de controle, o parcelamento do objeto licitatório será adotado para garantir maior eficiência e competitividade. Segue abaixo o que a legislação e os órgãos de controle dispõem sobre o tema.

Art. 40, da Lei nº 14.133/2021, dispõe:

"V - atendimento aos princípios:

[];

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

[];

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."

Súmula nº 247 TCU, dispõe:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

Em atenção aos Acórdãos 2.977/2012-TCU-Plenário, 2.695/2013-TCU-Plenário, 343/2014-TCU-Plenário, 4.205/2014-TCU-1ª Câmara, 757/2015-TCU-Plenário, 588/2016-TCU-Plenário, 2.901/2016-TCU-Plenário e 3.081/2016-TCU-Plenário orienta que:

"No âmbito das licitações realizadas sob a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens, somente será admitida as seguintes hipóteses:

a) aquisição da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

b) aquisição de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

Constitui irregularidade a aquisição (emissão de empenho) de item de grupo adjudicado por preço global, de forma isolada, quando o preço unitário adjudicado ao vencedor do lote não for o menor lance válido ofertado na disputa relativo ao item, salvo quando, justificadamente, ficar demonstrado que é inexequível ou inviável, dentro do modelo de execução do contrato, a demanda proporcional ou total de todos os itens do respectivo grupo."

Portanto, a regra a ser observada pela Administração nas licitações é pelo atendimento ao princípio do parcelamento do objeto, conforme disposto acima, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega.

No presente caso, os itens 01 e 02 formaram o LOTE 01 e os itens 03, 04 e 05 o LOTE 02 para garantir a padronização e compatibilidade entre as peças, evitando incompatibilidades técnicas e assegurando a funcionalidade adequada do conjunto. Os demais itens que podem ser adquiridos separadamente, já que não possuem interdependência.

Importante ressaltar que essa estratégia não compromete a competitividade do certame, tampouco prejudica o conjunto ou resulta na perda de economia de escala.

Diante disso, opta-se, para esta aquisição, pelo agrupamento do objeto em lotes, com exceção dos itens 06, 07 e 08.

X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 - Os resultados pretendidos com estas aquisições são:

10.1.1 - Padronização e Identidade Institucional: A aquisição de bandeiras internas e externas padronizadas garantirá a uniformidade visual das unidades do MPF, reforçando a identidade institucional e a presença simbólica das bandeiras nas cerimônias oficiais e no cotidiano institucional.

10.1.2 - Durabilidade e Qualidade: Ao adquirir bandeiras e mastros de alta qualidade e durabilidade, os custos com reposição serão reduzidos, gerando economia a longo prazo. Isso inclui materiais que resistam a variações climáticas, principalmente para bandeiras externas, garantindo sua longevidade.

10.1.3 - Atendimento a Normas e Protocolos Oficiais: A aquisição garantirá que as bandeiras estejam em conformidade com as regulamentações nacionais e internacionais vigentes, evitando situações de inadequação ou descumprimento de protocolos oficiais, especialmente em eventos e recepções diplomáticas.

10.1.4 - Economicidade: A contratação em escala nacional, incluindo diversas unidades do MPF, possibilitará a obtenção de condições comerciais mais favoráveis, como descontos por volume e melhores prazos de entrega, otimizando os recursos públicos.

XI – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A presente contratação não requer por parte da administração providências prévias ao contrato.

XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

XIII – IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, cujos fabricantes devem seguir as normas dos órgãos fiscalizadores, não se verificam impactos ambientais relevantes, sendo imprescindível que a licitante atenda às legislações e normas técnicas pertinentes, bem como à política de sustentabilidade ambiental já abordados no item 3.10 do presente Estudo Técnico Preliminar.

XIV – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidenciou que a contratação de empresa especializada para o fornecimento de diversas bandeiras, mastros e acessórios para as unidades Ministeriais participantes, utilizando o sistema de registro de preços, **é viável** do ponto de vista técnico e econômico, e contribuirá para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério Público da União, desde que sejam adotadas as premissas descritas neste documento.

Recife, 25 de fevereiro de 2025.

MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

RICARDO SÉRGIO CARVALHO DE OLIVEIRA

SEÇÃO DE LOGÍSTICA - SELOG/PRPE

SETOR DEMANDANTE

IZAHILTON MENDES GUIA JÚNIOR

DICGC/PRPE

MARCOS AMORIM DE MORAIS

DEOF/PRPE

RUBINALDO CABRAL SARAIVA

CA/PRPE

ALCIONE MARTINS DA SILVA

COORDENADORA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO/PRPE

APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE

APROVO O PRESENTE ETP E ESTABELEÇO O PRAZO DE 10 DIAS COMO LIMITE PARA CONFECCÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA ÁREA DEMANDANTE, COM APOIO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO (ART.27, IN Nº 05/2017/MPDG).

PATRÍCIA GONÇALVES ALMEIDA TESCH

SECRETÁRIA ESTADUAL/PRPE

ANEXO A

QUANTITATIVOS POR UNIDADE PARTICIPANTE

UNIDADES PARTICIPANTES	ITENS							
	1	2	3	7	8	1	2	8
	MASTRO DE MESA	BANDEIRA DE MESA	MASTRO	BASE	PONTEIRA	BANDEIRA DOIS PANOS	BANDEIRA TRÊS PANOS	AMARRAS
PGR	50	30	75	75	75	60	180	80
PRR5^a	0	0	0	0	0	24	0	0
PR-MT	0	0	3	3	3	2	6	0
PR-PE	24	24	30	30	30	30	60	15
PR-PR	2	2	24	12	12	24	8	24
PR-PA	35	40	24	8	24	25	25	5
PRR4^a	10	10	10	10	10	10	25	25
PR-MA	0	0	0	0	0	40	8	10
PRR2^a	0	0	40	40	40	40	0	0
PRR1^a	6	6	6	6	6	3	12	10
PR-SE	16	16	66	66	66	66	15	3
PR-MS	0	0	0	0	0	0	30	10
PR-ES	0	0	18	18	18	18	12	4
PR-DF	0	0	0	0	0	0	45	20
PR-AP	0	0	0	0	0	17	0	6
PR-RS	130	130	130	130	130	200	20	40
PR-RR	15	15	12	4	12	24	30	20
PR-RO	0	0	16	16	16	112	192	0
PR-MG	0	0	0	0	0	83	25	0
PR-GO	0	0	75	75	75	75	12	12
PR-AC	4	4	2	2	2	4	4	2
PR-SP	0	0	0	0	0	0	50	60
PRR3^a	0	0	0	0	0	0	21	0
PR-TO	0	0	0	0	0	50	0	20
PR-SC	0	0	60	62	60	0	60	0
QUANTITATIVO MÁXIMO	292	277	591	557	579	907	840	366



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00011755/2025 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 6-2025**

.....
Signatário(a): **ALCIONE MARTINS DA SILVA**

Data e Hora: **25/02/2025 11:44:51**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **IZAHILTON MENDES GUIA JUNIOR**

Data e Hora: **25/02/2025 12:12:45**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **MARCOS AMORIM DE MORAIS**

Data e Hora: **25/02/2025 12:28:51**

Assinado em nuvem

.....
Signatário(a): **RUBINALDO CABRAL SARAIVA**

Data e Hora: **25/02/2025 13:39:21**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **PATRICIA GONCALVES ALMEIDA TESCH**

Data e Hora: **25/02/2025 13:56:24**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **RICARDO SERGIO CARVALHO DE OLIVEIRA**

Data e Hora: **25/02/2025 14:05:30**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 881d4aa1.636a080e.92037bb8.1c4320f3

RELATÓRIO DA PESQUISA DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO

1 – DO OBJETO (inc. I, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

O presente relatório trata da pesquisa de preços empreendida para o fornecimento de bandeiras internas, externas, nacionais e internacionais (Brasil, Estados da Federação e Distrito Federal, Países, Organizações Nacionais e Internacionais), mastros e acessórios a fim de cumprirem os quesitos protocolares e cerimonialísticos nos eventos institucionais de naturezas nacional e internacional, organizados e executados pela Procuradoria-Geral da República, e dos demais órgãos participantes, conforme justificativas e especificação detalhada no Termo de Referência constante dos autos do PGEA nº 1.00.000.006702/2025-27.

2 – RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA (inc. II, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

A pesquisa foi realizada pela equipe de planejamento e Coordenadoria de Administração da PRPE com base nos parâmetros definidos na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023, conforme discriminado nas planilhas em anexo e aspectos relacionados a seguir:

3 – CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS (inc. III, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado foi realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

(X) Pesquisa em fontes de preços públicos, de contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

(X) Pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, ou sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo a data e a hora de acesso, com validade de até seis meses, para divulgação do edital, devendo ser atualizados, caso a publicação seja em prazo superior;

(X) Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de e-mail, com validade de até seis meses, para divulgação do edital, devendo ser atualizados, caso a publicação seja em prazo superior;

() Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, com validade de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, contada da data da emissão da nota fiscal.

3.1 Justificativa para a ausência de fontes de preços públicos, conforme o § 1º, Art. 5º da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023:

Não se aplica.

3.2 Justificativa para a escolha dos fornecedores, conforme o Art. 5º, inciso IV, da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023 (inc. VIII, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023):

Para a escolha dos fornecedores, a equipe de planejamento realizou levantamento no ramo de atividade do objeto a ser adquirido, com base nos seguintes critérios: atendimento aos requisitos da contratação, empresas consolidadas no mercado, fornecedores que já foram contratados com êxito pela PRPE em períodos anteriores, empresas que trabalham com nota de empenho e empresas que participam de processos licitatórios no sistema de Banco de Preços.

Todos os fornecedores foram informados das características da contratação definidas pela equipe de contratações, com vistas a melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado.

Foram consultadas 19 (DEZENOVE) empresas especializadas, a saber: FÁBRICA DAS BANDEIRAS INDÚSTRIA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES SERVIÇOS E ACESSÓRIOS LTDA (CNPJ: 04.884.221/0001-20); RAIMUNDA MAGALHAES DE MELO (CNPJ: 19.609.730/0001-12); BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA (CNPJ: 00.295.234/0001-03); BANDERTTINI COMERCIO E CONFECÇOES DE BANDEIRAS LTDA (CNPJ: 07.936.583/0001-06); SG EMPREEDIMENTOS COMERCIAIS LTDA (CNPJ: 48.859.538/0001-82); ECO BANDEIRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (CNPJ: 04.087.392/0001-29); PORTO FÁBRICA DE BANDEIRAS E SERVIÇOS LTDA (CNPJ: 08.737.891/0001-75); VIDEBAN INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELL (CNPJ: 03.574.465/0001-44); EUDIMAR MIRANDA RODRIGUES (CNPJ: 43.531.856/0001-04); ATIVA COMERCIO INDUSTRIA E IMPORTACAO LTDA (CNPJ: 53.365.489/0001-61); M. A. DE FRANCA (CNPJ: 05.132.582/0001-83); VINICIUS ALLAN S MONTEIRO (CNPJ: 32.346.750/0001-06); COMERCIAL PARANHOS (CNPJ: 02.616.079/0001-05); BAZAR PAULISTA (CNPJ: 01.785.301/0001-30); PALMEC (CNPJ: 05.802.687/0001-00); CIA DAS BANDEIRAS (CNPJ: 17.365.274/0001-87); BANDESUL IND. E COM. EIRELI – ME (CNPJ: 08.664.980/0001-39); FÁBRICA DAS BANDEIRAS INDÚSTRIA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES SERVIÇOS E ACESSÓRIOS LTDA (CNPJ: 04.884.221/0001-20); IMPÉRIO BANDEIRAS (CNPJ: 21.589.394/0001-35).

Das empresas consultadas, apenas a BANDERTTINI COMERCIO E CONFECÇOES DE BANDEIRAS LTDA (CNPJ: 07.936.583/0001-06); BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA (CNPJ: 00.295.234/0001-03); FÁBRICA DAS BANDEIRAS INDÚSTRIA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES SERVIÇOS E ACESSÓRIOS LTDA (CNPJ: 04.884.221/0001-20) e FÁBRICA DAS BANDEIRAS INDÚSTRIA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES SERVIÇOS E ACESSÓRIOS LTDA (CNPJ: 04.884.221/0001-20) enviaram orçamentos.

As propostas formais constam no anexo deste relatório, englobam todos os custos para fornecimento dos materiais e contém os seguintes requisitos mínimos: descrição do objeto, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente, endereços físico e eletrônico, telefone de contato, data de emissão, nome completo e identificação do responsável. Além das propostas recebidas, foram juntados os e-mails das empresas que não enviaram suas propostas.

4 – SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS (inc. IV, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023) **E A MEMÓRIA DE CÁLCULO** (inc. VII, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

Os preços para estimativa do valor da contratação em tela foram coletados em conformidade com os artigos 5º e 6º da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023.

Tanto os preços coletados, assim como os documentos que dão suporte à pesquisa de preços, como as propostas, e-mails enviados, contratos e/ou atas de registro de preços, relatórios de pesquisa em banco de preços públicos e páginas de sítios eletrônicos especializados, conforme cada caso e a memória de cálculo (MAPA ESTIMATIVO DE PREÇOS), constam anexos a este relatório.

5 – MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO (inc. V, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

Nos termos do art. 6º da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023, foi utilizado, como método para obtenção do preço estimado, a média aritmética ou a mediana dos valores obtidos válidos na pesquisa de preços, considerando a seguinte fórmula:

Se $CV > 25\%$ considerar preço de referência o valor da Mediana.

Se $CV < 25\%$ considerar preço de referência o valor da Média.

CV = Coeficiente de Variação.

Média Aritimética: Soma de todos os valores e orçamentos, dividido pelo número de elementos. Utilizada para uma cesta de preços homogênea, ou seja, com coeficiente de variação inferior a 25%.

Mediana: Valor central de um conjunto de números colocados por ordem de grandeza. Trata-se do número que se encontra exatamente no centro. Utilizada quando a cesta de preços é pouco homogênea, ou seja, quando o coeficiente de variação é superior a 25%.

No cálculo final foram obtidos no mínimo 3 (três) preços para cada item, oriundos de um ou mais parâmetros de que trata o art. 5º da Portaria retrocitada.

6 - JUSTIFICATIVAS PARA A METODOLOGIA UTILIZADA, EM ESPECIAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DE VALORES INCONSISTENTES, INEXEQUÍVEIS OU EXCESSIVAMENTE ELEVADOS, SE APLICÁVEL (inc. VI, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

Os preços coletados foram submetidos à análise estatística, de forma objetiva, sendo desconsiderados possíveis valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, conforme consta no MAPA ESTIMATIVO DE PREÇOS, anexo a este relatório.

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS																						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	FONTE 1	FONTE 2	FONTE 3	FONTE 4	FONTE 5	FONTE 4	FONTE 5	FONTE 6	FONTE 7	FONTE 8	FONTE 9	FONTE 10							
				EMPRESA: EMPRESA BANDERTINI CNPJ: 07.936.583/0001-06 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	EMPRESA: BANDEIRAS ONLINE CNPJ: 00.295.234/0001-03 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	EMPRESA: FÁBRICA DAS BANDEIRAS CNPJ: 04.884.221/0001-20 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	EMPRESA: CHAMEGO BANDEIRAS CNPJ: 79.034.153/0001-00 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	EMPRESA: BANDESUL BANDEIRAS CNPJ: 08.664.980/0001-39 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	Banco de preços (Inc. I, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	Banco de preços (Inc. I, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	Banco de preços (Inc. I, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	Sítios eletrônicos especializados (Inc. III, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	Sítios eletrônicos especializados (Inc. III, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	Sítios eletrônicos especializados (Inc. III, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	Sítios eletrônicos especializados (Inc. III, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)		Menor preço	Média	Mediana	Coeficiente de Variação (CV)	Valor Unitário Máximo Admissível	Valor Total
	MASTRO DE MESA COM BASE QUADRADA CONFECCIONADAS COM ENCAIXE NOS MASTROS																					
01	CARACTERÍSTICAS: Os mastros deverão ser confeccionados em madeira, na cor mogno claro/cerejeira. Mastro 33cm de altura total, incluindo ponteira e ganço. As ponteiras deverão ser confeccionadas por 2 (dois) quadradinhos condizentes, medindo: QUADRADO INFERIOR - Base de largura e 1,3m de altura; QUADRADO SUPERIOR - 7cm de largura e 1,2cm de altura. OBS.: As medidas informadas são aproximadas, sendo necessário um padrão em todas as exemplares que serão fornecidas.	UN	292	R\$ 48,90	X	R\$ 62,00	R\$ 60,00	R\$ 39,90				R\$ 20,00	R\$ 23,70	R\$ 20,45	R\$ 20,00	39,27	R\$ 39,90	46,6%	R\$ 39,90	R\$ 11.650,80		
02	BANDEIRA DE MESA (BRASIL, ESTADOS DA FEDERAÇÃO E DISTRITO FEDERAL, PAÍSES, ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS), MEDINDO 14 CM DE LARGURA X 20 CM DE COMPRIMENTO	UN	277	R\$ 13,50	X	R\$ 12,20	x	X	R\$ 36,00	R\$ 38,00	R\$ 32,00	R\$ 25,00	R\$ 19,00	R\$ 27,90	R\$ 24,90	R\$ 12,20	25,38	R\$ 25,00	36,3%	R\$ 25,00	R\$ 6.925,00	
03	CARACTERÍSTICAS: As costuras das bandeiras deverão ser duplas, com linha 100% poliéster de 18mm, em tecido tipo tergal verde com 76% de poliéster e 24% de algodão, com desenhos e letras impressos em silk screen, tipo SACO, fechada com pesponto da cor da impressão, medindo no final 14cm de largura e 20cm de comprimento sem considerar a área de encaixe. O encaixe da bandeira no mastro se dará por dobra no tecido, costurado com ajuste adequado para colocação no mastro sem folgas.	UN	591	R\$ 231,08	X	R\$ 142,00	R\$ 300,00	R\$ 250,00	R\$ 200,00	R\$ 157,00	R\$ 166,00	R\$ 129,80	R\$ 149,90	R\$ 140,50	R\$ 129,80	186,62	R\$ 161,50	30,4%	R\$ 161,50	R\$ 95.446,50		
04	MASTROS EM ALUMÍNIO, CIRCUNFERÊNCIA DE 3CM DE DIÂMETRO E 190CM DE ALTURA, AJUSTADO AOS ORNAMENTOS DOS TIPOS 4 e 5, ACOMPANHIA 02 (DUAS) PRESILHAS PARA FIXAÇÃO NOS LUGARES DA BANDEIRA.	UN	557	R\$ 389,80	X	R\$ 168,00	R\$ 500,00	R\$ 250,00	R\$ 313,00	R\$ 172,50	R\$ 266,90	R\$ 215,00	R\$ 219,90		R\$ 168,00	277,23	R\$ 250,00	39,2%	R\$ 250,00	R\$ 139.250,00		
05	BASES/SUPORTES/PEDESTAIS DE MADEIRA DE LEI, COM REVESTIMENTO LAMINADO NA COR ESCURA, PRESSÃO MODERNA, 2 (DOIS) QUADRADOS CONCENTRICOS MEDINDO: QUADRADO INFERIOR - LARGURA 25CM X ALTURA 3,5CM; QUADRADO SUPERIOR - LARGURA 15CM X ALTURA 2CM; COM CANOPIA DE ALUMÍNIO POLIDO PARA O ENCAIXE DO MASTRO DE 3CM DE DIÂMETRO, ACABAMENTOS EM METAL PRATEADO E PÉS EMBORRACHADOS PARA EVITAR DESLIZAMENTO DA BASE.	UN	579	X	X	R\$ 142,00	R\$ 100,00	R\$ 155,00	R\$ 126,43	R\$ 65,00	R\$ 51,00	R\$ 84,10	R\$ 85,00	R\$ 84,10	R\$ 51,00	99,18	R\$ 85,00	35,4%	R\$ 85,00	R\$ 49.215,00		
06	PONTEIRA LANÇA PARA MASTRO DE BANDEIRA, EM LATÃO CROMADO, ESFERA NA BASE, COM 30CM DE ALTURA TOTAL, INCLUINDO AS MEDIDAS DA ESFERA E DO ENCAIXE, PARA O ENCAIXE DO MASTRO DE 3CM DE DIÂMETRO, PONTAS LEVEMENTE ARREDONDADAS PARA EVITAR ACIDENTES.	UN	907	R\$ 214,80	R\$ 346,00	R\$ 92,25	R\$ 250,00	R\$ 390,00	R\$ 164,01	R\$ 150,00	R\$ 160,00	R\$ 160,00	R\$ 346,75	R\$ 179,90	R\$ 185,90	R\$ 92,25	219,96	R\$ 182,90	42,5%	R\$ 182,90	R\$ 165.890,30	
07	BANDEIRAS DE DOIS PANOS (BRASIL, ESTADOS DA FEDERAÇÃO E DISTRITO FEDERAL, PAÍSES, ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS), CONFECCÃO EM TERGAL, DUPLA FACE, MEDINDO 90 DE LARGURA X 126,5 DE COMPRIMENTO, COM LIXOS DE METAL REFORÇADOS.	UN	840	R\$ 289,80	R\$ 410,80	R\$ 156,00	R\$ 300,00	R\$ 575,00	R\$ 218,40	R\$ 227,50	R\$ 180,00	R\$ 186,50	R\$ 532,00	R\$ 185,00	R\$ 289,90	R\$ 156,00	295,90	R\$ 258,65	47,2%	R\$ 258,65	R\$ 217.266,00	
08	CARACTERÍSTICAS: O tecido para confecção será em 100% poliéster, dupla face (tipo saco), medindo 135x193, com as letras e números legíveis, tecido e acabamento corretos, dimensões e cores em consonância com os seus respectivos normativos. Os lixos de metal reforçados, que deverão contar com sobrecostura, a fim de conferir maior durabilidade, medindo 12mm de diâmetro interno e 19mm diâmetro externo.	UN (10metros)	366	R\$ 37,10	X	R\$ 38,60	R\$ 50,00	R\$ 45,00	R\$ 40,00	R\$ 45,00	R\$ 40,00	R\$ 22,50	R\$ 41,14	R\$ 34,90	R\$ 55,37	R\$ 22,50	R\$ 40,87	40,00	20,8%	R\$ 40,87	R\$ 14.958,42	
VALOR TOTAL																					R\$ 700.602,02	
FÓRMULAS																						
Média	Mediana															Preço Referência	Coeficiente de variação	Desvio Padrão				
Soma de todos os valores e orçamentos, dividido pelo número de elementos. Utilizada para uma cesta de preços homogênea, ou seja, com coeficiente de variação inferior à 25%	Valor central de um conjunto de números colocados por ordem de grandeza. Trata-se do número que se encontra exatamente no centro. Utilizada quando a cesta de preços é pouco homogênea, ou seja, quando o coeficiente de variação é superior à 25%															De acordo com critério	DP/M	$S = \sqrt{\frac{\sum (X_i - \bar{X})^2}{n - 1}}$				
Precificação baseada no disposto na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 100/2023.																						

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

I - DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de bandeiras internas, externas, nacionais e internacionais (Brasil, Estados da Federação e Distrito Federal, Países, Organizações Nacionais e Internacionais), mastros e acessórios a fim de cumprirem os quesitos protocolares e cerimonialísticos nos eventos institucionais de naturezas nacional e internacional, organizados e executados pela Procuradoria-Geral da República, e dos demais órgãos participantes.

II - DO OBJETIVO

O gerenciamento de riscos permite identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação.

III - DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS

1. Escala de Probabilidade:

Descritor	Descrição	Ocorrências	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	Até 5	1
Baixa	Evento casual e inesperado, sem histórico de ocorrência.	> 5 até 10	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	> 10 até 15	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	> 15 até 20	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	> 20	5

2. Escala de Impacto:

Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

3. Escala de Classificação de Risco

NÍVEL DE RISCO (= P X I)			
BAIXO	MÉDIO	ALTO	EXTREMO
1 – 2	3 – 6	8 – 12	15 – 25

NÍVEL DO RISCO	PRIORIZAÇÃO E TRATAMENTO DO RISCO
EXTREMO	Nível de risco muito além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ter uma resposta imediata e ser constantemente monitorado.
ALTO	Nível de risco além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ter uma ação tomada em período determinado e ser constantemente monitorado.
MÉDIO	Nível de risco dentro do apetite a risco. Geralmente nenhuma medida especial é necessária, porém requer atividades de monitoramento específicas e atenção da gerência na manutenção preventiva e de contingência para manter o risco nesse nível, ou reduzi-lo sem custos adicionais.
BAIXO	Nível de risco dentro do apetite a risco, onde há possíveis oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo-se mais riscos, avaliando a relação custos x benefícios, se autorizado pelo Secretário da Unidade.

4. Matriz de Riscos

		PROBABILIDADE				
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
IMPACTO	5 - Muito Alto	5	10	15	20	25
	4 - Alto	4	8	12	16	20
	3 - Médio	3	6	9	12	15
	2 - Baixo	2	4	6	8	10
	1 - Muito Baixo	1	2	3	4	5

IV - DA AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

RISCO 01	Risco:	FALHA NA ANÁLISE DA NECESSIDADE E NO LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO DISPONÍVEIS
	Possíveis causas:	Falta de identificação da real necessidade da Administração; Desconhecimento das soluções disponíveis no mercado.
	Probabilidade:	Baixa (2)
	Impacto:	Alto (4)
	Dano 1:	Não atendimento da necessidade que originou a contratação.

	Dano 2:	Adoção de tipo de solução obsoleta.	
	Dano 3:	Restrição indevida e/ou ilegal da competição.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Incluir na Equipe de Planejamento o Gestor e o Fiscal do atual contrato.	Autoridade Competente do Órgão
	2	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos e no mercado em geral.	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Descrição clara e objetiva da necessidade da contratação.	Setor Demandante
	4	Descrição clara e objetiva das demandas a serem desenvolvidas.	Setor Demandante
	5	Criar os possíveis cenários para diferentes soluções de contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	6	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Cancelar certame e planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas (ETP).	Autoridade Competente do Órgão / Equipe de Planejamento da Contratação

RISCO 02	Risco:	FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (O OBJETO NÃO É CLARAMENTE DEFINIDO).	
	Possíveis causas:	Falta de conhecimento do objeto; Falta do apoio técnico do órgão nas especificações do objeto; falta de capacitação para os servidores envolvidos.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Dano 1:	O objeto contratado não atenderá a todas as demandas da unidade, acarretando a insatisfação dos usuários e prejuízos ao órgão.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Participação da área demandante durante o processo de definição dos requisitos da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Descrição clara e objetiva do objeto da contratação.	Setor Demandante
	3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Cancelar a certame e reelaborar Termo de Referência (TR), eliminando as possíveis falhas.	Autoridade Competente do Órgão / Setor Demandante / Equipe de Planejamento da Contratação

RISCO 03	Risco:	FALHA NA PESQUISA DE MERCADO (PREÇO INEXEQUÍVEL OU SUPERESTIMADO).	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Médio (3)	
	Possíveis Causas:	Utilização de parâmetro inadequado no levantamento da pesquisa de mercado.	
	Dano 1:	Prejuízos ao erário, levando a contratações superfaturadas	
	Dano 2:	Frustração da licitação, gerando gastos processuais elevados e atraso no início da execução do objeto.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Realizar ampla pesquisa de preço obedecendo à norma específica para tal fim.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Verificar quais os instrumentos necessários para realizar a pesquisa de preço.	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Considerar custos com frete e instalação quando for o caso.	Equipe de Planejamento da Contratação
	4	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	No caso de preço elevado, negociar a redução dos valores propostos, tendo como parâmetro os valores de mercado.	Agente da Contratação

	2	Cancelamento da licitação para reelaboração da pesquisa de preço.	Autoridade Competente do Órgão / Equipe de Planejamento da Contratação
--	---	---	--

RISCO 04	Risco:	ATRASO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Média (3)	
	Possíveis Causas:	Falha nos processos de planejamento da contratação; falha na comunicação entre as unidades ministeriais do MPU participantes; falta de capacitação para os servidores envolvidos.	
	Dano 1:	Atraso no início da execução do contrato.	
	Dano 2:	Descontinuidade dos serviços.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Seguir rigorosamente o Calendário Anual de Contratações.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Celeridade e eficiência na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do Termo de Referência, que permitam uma contratação com critérios objetivos.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante
RISCO 05	3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Manter uma comunicação ativa entre os componentes da equipe de planejamento e realizar reuniões periódicas para resolver as demandas envolvidas.	Coordenadoria da equipe de planejamento
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na condução do processo de aquisição.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Celeridade na contratação e no processo de homologação.	Agente da Contratação / Assessoria jurídica
	Risco:	BAIXO NÚMERO DE EMPRESAS PARTICIPANDO DO CERTAME.	
	Probabilidade:	Alta (4)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Possíveis Causas:	Locais de entrega distribuídos em diversas regiões, aumentando o custo do frete e reduzindo o interesse do mercado; não é dada ampla publicidade ao edital; excessivo número de critérios de habilitação, incompatíveis com o mercado.	
	Dano 1:	Licitação deserta e/ou fracassada e atraso no início da prestação dos serviços.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com as exigências do mercado, realizando pesquisa de mercado na fase do ETP.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Iniciar o processo de contratação com antecedência, considerando o prazo para repetição da licitação, caso esta venha a ser fracassada.	Secretaria de Administração - PRG
	4	Dar ampla publicidade ao edital.	Agente da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Em caso de certame deserto ou fracassado, a administração poderá repetir a licitação alterando os critérios de habilitação ou qualquer outro que tenha dado causa à frustração do certame, realizar a contratação diretamente com a empresa que ofertou o menor preço no momento da pesquisa de mercado.	Equipe de planejamento da contratação
	2	Propor a Secretaria de Administração da PRG que cada unidade ministerial do Ministério Público da União participante realize seu próprio certame, caso a licitação centralizada demonstre não ser atrativa ao mercado.	Autoridade Competente do Órgão

RISCO 06	Risco:	FALHA NA SELEÇÃO DE FORNECEDORES NO QUE DIZ RESPEITO À ANÁLISE DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Possíveis Causas:	Falhas na descrição do objeto / serviços; Insuficiência dos critérios de habilitação	

	Dano 1:	Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	Dano 2:	Atraso na contratação.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado e com a complexidade do objeto.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante / Área Técnica
	2	Especificar o material de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Inclusão da área técnica / demandante na equipe de planejamento da contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Análise minuciosa da documentação de habilitação.	SLDE Setor Demandante
	5	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Convocar os licitantes remanescentes que compõem o cadastro de reserva, se houver, observada a ordem de classificação.	Autoridade Competente do Órgão gerenciador
	2	Planejar nova contratação, eliminando as possíveis falhas, para substituir o fornecedor registrado, quando não for possível convocar os licitantes remanescentes que compõem o cadastro de reserva.	Autoridade Competente do Órgão / Equipe de Planejamento da Contratação

RISCO 07	Risco:	INCAPACIDADE TOTAL OU PARCIAL DA EMPRESA EM ENTREGAR O OBJETO (FORNECIMENTO DE MATERIAIS FORA DAS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL; ATRASO NA ENTREGA DOS MATERIAIS; NÃO ENTREGA TOTAL).	
	Probabilidade:	Média (3)	
	Impacto:	Muito Alto (5)	
	Possíveis Causas:	Logística complexa e dificuldades de transporte para estados distintos Insuficiência dos critérios de habilitação	
	Dano 1:	Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado e com a complexidade do objeto.	Setor Demandante / Área Técnica
	2	Especificar o material de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Definir de forma clara o modelo de execução do objeto, bem como as penalidades a serem aplicadas nos eventuais descumprimentos contratuais.	Equipe de planejamento da contratação
	3	Inclusão da área técnica / demandante na equipe de planejamento da contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Análise minuciosa da proposta (marca do produto ofertado) e documentação de habilitação.	SLDE Setor Demandante/Área Técnica
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Convocar os licitantes remanescentes que compõem o cadastro de reserva, se houver, observada a ordem de classificação.	Autoridade Competente do Órgão gerenciador
	2	Planejar nova contratação, eliminando as possíveis falhas, para substituir o fornecedor registrado, quando não for possível convocar os licitantes remanescentes que compõem o cadastro de reserva.	Autoridade Competente do Órgão / Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Propor a Secretaria de Administração da PRG que cada unidade ministerial do Ministério Público da União participante realize seu próprio certame, caso a licitação centralizada demonstre não ser atrativa ao mercado.	Autoridade Competente do Órgão

V – DA CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Id	Risco	Relacionado ao(à):	P	I	Nível de Risco (P x I)
R01	Falha na análise da necessidade e no levantamento das soluções de mercado disponíveis	Planejamento da Contratação	2	4	8

R02	Falha na elaboração do termo de referência (o objeto não é claramente definido).	Planejamento da Contratação	2	4	8
R03	Falha na pesquisa de mercado (preço inexecuível ou superestimado).	Planejamento da Contratação	2	3	6
R04	Atraso no processo administrativo de contratação.	Planejamento da Contratação	2	3	6
R05	Baixo número de empresas participando do certame.	Seleção do Fornecedor	4	4	16
R06	Falha na seleção de fornecedores no que diz respeito a análise da proposta, dos documentos de habilitação.	Seleção do Fornecedor	2	4	8
R07	Incapacidade total ou parcial da empresa em entregar o objeto (contratação de empresa não especializada).	Seleção do Fornecedor	3	5	15

VI – DA MATRIZ DOS RISCOS IDENTIFICADOS

		PROBABILIDADE				
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
IMPACTO	5 - Muito Alto	5	10	15 R07	20	25
	4 - Alto	4	8 R01 / R02 R06	12	16 R05	20
	3 - Médio	3	6 R03/R04	9	12	15
	2 - Baixo	2	4	6	8	10
	1 - Muito Baixo	1	2	3	4	5

VII – DA CONCLUSÃO E DAS AÇÕES PREVENTIVAS

De acordo com a Matriz de Riscos, verificamos que os riscos 01, 02, 05, 06 e 07 classificam-se como de ALTO RISCO OU EXTREMO, estando acima do apetite de risco, pois os impactos para os objetivos da contratação e do órgão são de difícil recuperação, no caso de virem a ocorrer efetivamente. Conhecidos estes riscos, todos os setores envolvidos com a contratação devem se comprometer com as ações preventivas determinadas neste documento e monitorar as hipóteses de ocorrência, estando atentos para a necessidade de se implementar as ações de contingência.

Cumprir informar que as ações preventivas relativas à fase de Planejamento das Contratações já foram tomadas, conforme pode ser acompanhado através do Estudo Técnico Preliminar. As ações preventivas pertinentes aos riscos envolvidos na fase de seleção do fornecedor e gestão contratual serão implementadas no tempo oportuno. É importante ressaltar ainda que o controle administrativo deve ocorrer durante todas as fases da contratação, de modo que o Mapa de Riscos possa ser alterado à medida que as etapas avançam.

Segue abaixo a referência temporal para a implementação de cada ação preventiva determinada para os riscos encontrados, sobretudo aqueles classificados como ALTO ou EXTREMO:

RISCO 01: Falha na análise da necessidade e no levantamento das soluções de mercado disponíveis.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Incluir na Equipe de Planejamento o Gestor e o Fiscal do atual contrato.	Fase de planejamento - ok
2	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos e no mercado em geral.	Fase de planejamento - ok
3	Descrição clara e objetiva da necessidade da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Descrição clara e objetiva das demandas a serem desenvolvidas.	Fase de planejamento - ok
5	Criar os possíveis cenários para diferentes soluções de contratação.	Fase de planejamento - ok
6	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ . Ok

RISCO 02: Falha na elaboração do termo de referência (o objeto não é claramente definido).

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Participação da área demandante e área técnica durante o processo de definição dos requisitos da contratação.	Fase de planejamento - ok
2	Descrição clara e objetiva do objeto da contratação.	Fase de planejamento - ok
3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ . Ok

RISCO 03: Falha na pesquisa de mercado (preço inexecutável ou superestimado).

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Realizar ampla pesquisa de preço obedecendo a norma específica para tal fim.	Fase de planejamento - ok
2	Verificar quais os instrumentos necessários para realizar a pesquisa de preço.	Fase de planejamento - ok
3	Considerar custos com frete e instalação quando for o caso.	Fase de planejamento - ok
4	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ . Ok

RISCO 04: Atraso no processo administrativo de contratação.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Seguir rigorosamente o Calendário Anual de Contratações.	Fase de planejamento - ok
2	Celeridade e eficiência na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do Termo de Referência, que permitam uma contratação com critérios objetivos.	Fase de planejamento - ok
3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ . Ok
4	Manter uma comunicação ativa entre os componentes da equipe de planejamento e realizar reuniões periódicas para resolver as demandas envolvidas.	Fase de planejamento - ok

RISCO 05: Baixo número de empresas participando do certame.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com as exigências do mercado, realizando pesquisa de mercado na fase do ETP.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok

3	Iniciar o processo de contratação com antecedência, considerando o prazo para repetição da licitação, caso esta venha a ser fracassada.	Fase de planejamento - ok
4	Dar ampla publicidade ao edital.	Fase externa da Disputa

RISCO 06: Falha na seleção de fornecedores no que diz respeito a análise da proposta e dos documentos de habilitação.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado e com a complexidade do objeto.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o material de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Inclusão da área técnica / demandante na equipe de planejamento da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Análise minuciosa da documentação de habilitação.	Fase de seleção do fornecedor – Fase de habilitação da disputa.
5	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ . ok

RISCO 07: Incapacidade total ou parcial da empresa em entregar o objeto (fornecimento de materiais fora das especificações do edital; atraso na entrega dos materiais; não entrega total).

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado e com a complexidade do objeto.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o material de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Definir de forma clara o modelo de execução do objeto, bem como as penalidades a serem aplicadas nos eventuais descumprimentos contratuais.	Fase de planejamento - ok
3	Inclusão da área técnica / demandante na equipe de planejamento da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Análise minuciosa da proposta (marca do produto ofertado) e documentação de habilitação.	Seleção do fornecedor – Fase externa da Disputa.

¹ Os gestores de cada setor devem buscar atualização constante para a sua equipe, na área de sua atuação, para conhecimento das alterações na legislação, jurisprudência e da melhor doutrina.